

# Bancos procuram Brasil para acordo de redução

O Brasil já começou a receber propostas de bancos credores interessados em negociar diretamente acordos de redução da dívida, sem que o país tenha que ir ao mercado secundário para comprar suas próprias promissórias com desconto, como está previsto no plano Brady. A informação foi dada ontem pelo ministro Maílson da Nóbrega, como uma demonstração de que a substancial mudança da política americana "mudou a velocidade" com que a crise da dívida externa passou a evoluir nos últimos dias.

O ministro reconhece, entretanto, que ainda há muita confusão sobre a maneira pela qual os esquemas de redução da dívida poderiam ser executados. Um banqueiro integrante do comitê coordenador da dívida brasileira disse ao *JORNAL DO BRASIL* que os credores se dispõem a conceder *waivers* (dispensa de cumprimento de restrições contratuais) que habilitariam o país a fazer certas operações de compra, com desconto, de sua própria dívida. O governo brasileiro, no entanto, acha que não seria necessário fazer esse pedido aos bancos. Na pior das hipóteses, as compras no mercado secundário poderiam ser feitas através de intermediário, como explicou uma fonte do Banco Central.

De qualquer forma, o ministro Mailson da Nóbrega não parece ter-se entusiasmado muito com essas ofertas de bancos interessados em negociar diretamente esquema de redução da dívida. "As conversas iniciais esbarraram logo nas garantias que o Brasil ofereceria", explicou o ministro. Neste caso, será preciso que o plano Brady tome forma, realmente, para que fique claro que tipo de garantias a operações de redução da dívida os países industrializados estão dispostos a dar, através do FMI e do Banco Mundial.

O banqueiro consultado disse, no entanto, que o comitê coordenador da dívida brasileira pretende estabelecer limites claros para qualquer tipo de waiver que abra caminho para esquemas de redução dos débitos que o país tem com a banca comercial estrangeira. "Estamos pensando em dar *waivers* (previstos no plano Brady) para casos específicos que o Brasil apresente. De nenhuma maneira será um cheque em branco. O mercado financeiro brasileiro é muito complexo e um waiver aberto poderia levar a abusos nas operações de recompra da dívida, que resultaria em mais pressões inflacionárias ou em outros abusos, como as famosas bicicletas (operações ilegais em que os operadores de conversão da dívida se beneficiam com a diferença entre os câmbios oficial e paralelo)", disse o banqueiro. (RCA)